

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.616.173 - RJ (2016/0193953-5)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : GEAP FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - SP128341
TANIA SIDNEY VIEIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - RJ077752
AGRAVADO : ELI BASTOS PINHEL
AGRAVADO : JOSE CHEVALIER ALVES
AGRAVADO : MARINA DE SALVO OLIVEIRA
AGRAVADO : WANDA DE ALMEIDA MAGALHAES
AGRAVADO : LUCY DE LUIZ AZEVEDO
AGRAVADO : MARIA JOSE MARTINS ROCHA
AGRAVADO : ALCYR TEIXEIRA DE CARVALHO
AGRAVADO : ANTONIO NOGUEIRA FILHO
AGRAVADO : LAIZ CRUZ PINHEIRO BRESSANE
AGRAVADO : CLADES KOTAITE
AGRAVADO : PAULO BAPTISTA RAMALHO
AGRAVADO : SERGIO MATRANGOLO
AGRAVADO : PAULO MARCELINO COUTINHO
AGRAVADO : LUIZ VIEIRA BERNARDES
AGRAVADO : ZILDA SABOIA MESQUITA
AGRAVADO : PAULO LEANDRO
AGRAVADO : LUCIOLA BELO CAVALCANTI
AGRAVADO : JULIO JOSE DE MEDEIROS
AGRAVADO : EMMA BENATTI JORGE
AGRAVADO : IEDA COUTINHO DA SILVA
AGRAVADO : LOYDE CAMARGO
AGRAVADO : NELLY CURRY CARNEIRO
AGRAVADO : JOSE EDUARDO PHILIPPE
AGRAVADO : SEVERINO MARTINS
ADVOGADO : ANTÔNIO VIEIRA GOMES FILHO - RJ047253

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALTERAÇÃO CONTRATUAL. CISÃO DA GEAP. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. TRIBUNAL *A QUO* ENTENDEU PELA LEGITIMIDADE DA GEAP SUCESSORA DA CODAP. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Incabível o exame de teses não expostas no recurso especial e invocadas apenas no agravo interno, pois configura indevida inovação recursal.

2. O eg. Tribunal *a quo*, soberano na análise do acervo fático-probatório carreado aos autos, concluiu pela legitimidade passiva da GEAP para cumprimento de sentença proferida contra Comissão Diretora de Assistência Patronal - CODAP. A

pretensão de revisar tal entendimento demandaria revolvimento fático-probatório, inviável em sede de recurso especial, conforme Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente), Marco Buzzi e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 28 de maio de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator

